



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

(FACE)

Departamento de Administração (CCA)

Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Milene Souza Mota

**A Avaliação como Ferramenta para Promoção da Qualidade do Ensino no Município de
Anápolis – GO**

Anápolis - GO

2024

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Lucio Remuzat Rennó Junior
Decano de Pós-Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Rodrigo Rezende Ferreira
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Letícia Lopes Leite
Coordenadora-Geral UAB

Professora Doutora Fátima de Souza Freire
Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Milene Souza Mota

**A Avaliação como Ferramenta para Promoção da Qualidade do Ensino no Município de
Anápolis – GO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de
Administração e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão de Políticas Públicas como requisito
parcial à obtenção do grau de Especialista em
Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Paulo Reis

Anápolis- GO

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) Cq CANDAU, V. M. A Avaliação como Ferramenta para Promoção da Qualidade do Ensino no Município de Anápolis – GO / V. M. CANDAU, J. BARROS, J. C. LIBÂNEO; orientador Prof. Dra. Josivânia Silva Farias; co-orientador Paulo Reis. -- Brasília, 2024. 15 p. Monografia (Especialização - Especialista em Gestão Pública Municipal) -- Universidade de Brasília, 2024. 1. As políticas públicas na educação. 2. Parâmetros Curriculares Nacionais . 3. As práticas sociais e culturais desse tempo possibilitaram um novo conhecimento a individualização dos gestos e diante do coletivo. 4. A política com controle na educação. 5. O Conceito sobre a educação.. I. LIBÂNEO, J. C. . II. BARROS, J.. III. Silva Farias, Prof. Dra. Josivânia , orient. IV. Reis, Paulo,

Ficha Catalográfica

Deve ser gerada no site da Biblioteca da UnB e inserida após a conclusão da versão final (pós-banca). Para gerar, entre no link (<https://bce.unb.br/servicos/elaboracao-de-fichas-catalograficas/>) e clique em “gerar ficha catalográfica – monografias”.

Milene Souza Mota

**A Avaliação como Ferramenta para Promoção da Qualidade do Ensino no Município de
Anápolis – GO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de
Administração e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão de Políticas Públicas como requisito
parcial à obtenção do grau de Especialista em
Gestão Pública Municipal.

Data de aprovação: ____/____/2024.

Prof. Dr. Paulo Reis

Orientador

Prof. Dr. XXXXX

Professor – Examinador

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso não seria possível sem o apoio e a colaboração de diversas pessoas, às quais sou profundamente grato.

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder saúde, força e sabedoria ao longo desta jornada acadêmica.

Aos meus pais, pelo incentivo contínuo em todos os momentos. Sem o apoio e os ensinamentos de vocês, eu não teria chegado até aqui.

Ao meu orientador, Paulo Reis, pela orientação, paciência e dedicação ao longo de todo o processo. Suas sugestões e críticas construtivas foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Às amigas construídas durante esta caminhada, que proporcionaram momentos de descontração e alívio do estresse acadêmico.

A todos os professores e funcionários da UNB, por proporcionarem um ambiente acadêmico de qualidade e por todos os ensinamentos transmitidos.

RESUMO

A avaliação educacional é uma ferramenta crucial para promover a qualidade da educação e envolve a coleta sistemática de dados sobre o desempenho dos alunos e a eficácia das escolas. Estes dados são utilizados para identificar pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias, permitindo a implementação de ações corretivas e o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes. Nesse contexto, a presente pesquisa, de natureza qualitativa e cunho bibliográfico, baseada na revisão de literatura, teve como objetivo destacar o papel da avaliação como uma ferramenta para melhoria da qualidade do ensino no município de Anápolis – GO. Embasado em artigos e nos dados apontados pelo IDEB, pode-se concluir que, embora haja progresso, ainda há necessidade de melhorias em termos da qualidade da educação em Anápolis. A avaliação contínua e o uso dos resultados para orientar políticas educacionais são fundamentais para avançar na qualidade da educação no município.

Palavras – Chaves: Avaliação, Educação; Qualidade.

ABSTRACT

Educational assessment is a crucial tool for promoting the quality of education and involves the systematic collection of data on student performance and the effectiveness of schools. This data is used to identify strengths and areas in need of improvement, allowing the implementation of corrective actions and the development of more effective educational policies. In this context, the present research, of a qualitative nature and bibliographical nature, based on a literature review, aimed to highlight the role of evaluation as a tool for improving the quality of teaching in the city of Anápolis – GO. Based on articles and data reported by IDEB, it can be concluded that, although there is progress, there is still a need for improvements in terms of the quality of education in Anápolis. Continuous evaluation and the use of results to guide educational policies are fundamental to advancing the quality of education in the municipality.

Keywords: Assessment; Education; Quality.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1. Educação como Direito Fundamental e sua Organização a partir das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	11
2.2. A Política com Controle e Avaliação na Educação e a Participação da Gestão Pública Municipal na Educação	13
2.3. Qualidade do Ensino Público em Anápolis, sob a perspectiva do IDEB e da Prova Brasil	14
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
4. RESULTADOS E ANÁLISES.....	16
4.1. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem.....	18
4.2. Prova Brasil.....	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS.....	23

1. INTRODUÇÃO

A avaliação é uma ferramenta crucial para a melhoria da qualidade da educação. No contexto do município de Anápolis, Goiás, diversos esforços têm sido feitos para garantir que a educação oferecida seja inclusiva, equitativa e de qualidade, por meio das ações coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação de Anápolis (SEDUC). Entre essas iniciativas, destaca-se o investimento em projetos de formação contínua para professores, o uso de tecnologias educacionais e a promoção de uma gestão escolar democrática e participativa (SEDUC, 2022).

Se a educação é orientada por objetivos que guiam as atividades de professores e alunos no contexto do ensino-aprendizagem, isso significa que toda prática pedagógica implica em transformações no comportamento. Dessa forma, a avaliação tem a função de medir como essas mudanças estão se desdobrando, determinando se as metas estabelecidas estão sendo alcançadas e, caso contrário, identificando os motivos para isso. Para que isso ocorra, é essencial que haja uma relação clara entre os objetivos e o tipo de avaliação a ser utilizada.

No presente TCC o conceito de qualidade é examinado sob a perspectiva do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é um importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica (INEP, 2024). Deve-se ressaltar que ao reduzir o conceito de qualidade da educação a um índice, como o Ideb e tantos outros, perde-se em complexidade. Porém, tal redução oferece ganhos em termos de objetividade e de capacidade de monitoramento e avaliação dos resultados obtidos a partir das políticas educacionais.

Como visto, este é um tema complexo e de suma relevância visto que a avaliação constitui um instrumento essencial para aprimorar a qualidade do ensino em Anápolis, onde envolve uma série de estratégias e parcerias que buscam garantir uma educação de excelência para todos os estudantes. Diante do exposto surge a seguinte indagação: Quais as políticas públicas na área da educação e se elas estão ocorrendo com frequência nas escolas?

O estudo teve como objetivo principal abordar a importância da avaliação, por meio do Ideb, como ferramenta para a melhoria da qualidade da educação no município de Anápolis-GO.

Trata-se de uma revisão bibliográfica, descritiva de natureza qualitativa, embasada em materiais já publicados em livros, periódicos, textos, documentos, apostilas e materiais

disponíveis na internet, através dos termos: avaliação, educação e qualidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A construção de uma educação de qualidade é algo complexo e multifacetado, que envolve a promoção de uma educação inclusiva e equitativa, o uso de mecanismos de controle para garantir a eficácia das políticas, e a participação ativa da comunidade escolar na gestão educacional. Esses elementos combinados contribuem para uma educação de qualidade que capacita os alunos para serem cidadãos críticos e participativos. Para Freire, a educação deve ser um processo dialógico e libertador, capaz de transformar a realidade social. Ele argumenta que a educação de qualidade promove a conscientização dos alunos, capacitando-os para a participação ativa na sociedade (Santana, 2024).

A Unesco define a educação de qualidade como aquela que não apenas transmite conhecimentos, mas também desenvolve competências essenciais para a vida, incluindo habilidades cognitivas, sociais e emocionais. A organização destaca a importância de uma educação inclusiva e equitativa que ofereça oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos (Unesco, 2022).

Em que pese a amplitude do conceito de qualidade da educação e/ou educação de qualidade, no presente trabalho buscou-se compreendê-lo sob a perspectiva do Ideb, que objetiva contemplar os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações (INEP, 2024). O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb/Prova Brasil.

2.1. Educação como Direito Fundamental e sua Organização a partir das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

A educação de acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal do Brasil de 1988. No artigo 6º, a Constituição estabelece a educação como um dos direitos sociais, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso a ela. Além disso, o artigo 205 define que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, estabelece a organização da educação no Brasil. A LDB define os princípios e normas para a educação e organiza o sistema educacional em diferentes níveis e modalidades. De acordo com a LDB a estrutura da educação: Educação Infantil: Destinada a crianças de 0 a 5 anos, compreende creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 e 5 anos). Ensino Fundamental: Obrigatório e gratuito, com duração de 9 anos, atendendo crianças a partir de 6 anos. Ensino Médio: Duração mínima de 3 anos, sendo a etapa final da educação básica. Educação Superior: Inclui cursos de graduação e pós-graduação, podendo ser oferecida por universidades, centros universitários, faculdades e institutos federais (Brasil, 1996).

Nas modalidades de educação tem-se a Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde atende jovens e adultos que não completaram a educação básica na idade apropriada; Educação profissional e tecnológica que oferece cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes em diversos níveis; Educação especial destinada a estudantes com necessidades educacionais especiais e, Educação indígena, voltada para a valorização das culturas e línguas indígenas, respeitando suas especificidades. A organização da educação conforme a LDB visa a assegurar que o direito fundamental à educação seja efetivamente garantido a todos os brasileiros, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país (Wastowski, 2023).

O artigo 11, inciso IV, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece que é responsabilidade dos municípios "autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental". Essa atribuição é fundamental para garantir a qualidade e a conformidade das instituições educacionais com as normas e diretrizes estabelecidas pelo sistema educacional. E no artigo 18 estabelece a estrutura básica para a organização dos sistemas municipais de ensino, garantindo que eles estejam alinhados com as diretrizes e políticas educacionais nacionais e estaduais.

A educação como direito fundamental é essencial para garantir que todos os indivíduos tenham acesso à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal. Este direito está consagrado em diversas legislações nacionais e internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre os Direitos da Criança. Além de proporcionar conhecimentos acadêmicos, a educação também promove habilidades sociais, cidadania ativa e igualdade de oportunidades. Garantir o acesso universal à educação de qualidade é crucial para o progresso social, econômico e cultural de uma sociedade.

2.2. A Política de Controle e Avaliação na Educação e a Participação da Gestão Pública Municipal na Educação

Na manutenção e desenvolvimento do ensino, a Lei nº 9.424 de 1996; dispõe sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento no ensino fundamental e de valorização do magistério, Constituição Federal, artigo 212 (Brasil, 1996).

As políticas de controle na educação são essenciais para garantir que os sistemas educacionais alcancem seus objetivos de maneira eficiente e equitativa. Essas políticas incluem uma variedade de mecanismos de monitoramento, avaliação e prestação de contas que visam melhorar a qualidade do ensino e a gestão escolar. Por meio dessas práticas, busca-se identificar e corrigir deficiências, incentivar boas práticas e garantir que as instituições de ensino cumpram sua missão de formar cidadãos preparados para os desafios da sociedade.

As políticas educacionais são regulamentadas por leis e diretrizes nacionais, como a LDB. O MEC e outras entidades como o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelecem normas que devem ser seguidas por todas as instituições de ensino. Nesse contexto, somado ao objetivo do presente trabalho, destaca-se o papel desempenhado pelos sistemas de avaliação, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que são utilizados para monitorar a qualidade da educação. Os indicadores de desempenho, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), também se destacam como uma importante ferramenta que ajuda a medir o progresso e a identificar áreas que necessitam de melhorias. Os órgãos de controle, como tribunais de contas e controladorias, realizam auditorias para garantir que os recursos públicos destinados à educação sejam utilizados de forma eficiente e transparente (Brasil, 2013).

A gestão pública municipal desempenha um papel crucial na implementação e manutenção do sistema educacional. As competências dos municípios de acordo com a Lei nº 9.394/96 incluem que os municípios são responsáveis pela oferta de educação infantil em creches e pré-escolas e pelo ensino fundamental, conforme estabelecido pela LDB. Devem elaborar e executar políticas e planos educacionais alinhados com as diretrizes nacionais e estaduais. Participam do financiamento da educação básica por meio de recursos próprios e de transferências federais e estaduais (Brasil, 1996).

Quanto as competências, cabe a gestão pública municipal o planejamento estratégico de metas e ações educacionais a longo prazo; contratação, formação e valorização dos profissionais da educação; construção, manutenção e melhoria das instalações escolares; aquisição e distribuição de livros, materiais e equipamentos necessários para o processo de

ensino-aprendizagem e, o acompanhamento do desempenho escolar e implementação de ações corretivas (Brasil, 2013).

Os municípios têm autonomia para gerir a educação básica (educação infantil e ensino fundamental), mas devem seguir as diretrizes nacionais. A gestão municipal é responsável por elaborar e implementar políticas educacionais locais, de acordo com as necessidades e características da comunidade (Brasil, 2013).

A gestão municipal deve assegurar a aplicação dos recursos provenientes de fontes como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Sendo importante garantir a correta alocação dos recursos para infraestrutura, formação de professores, materiais didáticos, entre outros. (Brasil, *online*). Conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade são essenciais para a gestão democrática da educação. A participação ativa dos pais, alunos e demais membros da comunidade pode contribuir para a definição de prioridades e para o acompanhamento da execução das políticas educacionais (Mesquita, 2013).

A combinação dessas políticas de controle com a participação ativa da gestão pública municipal pode levar a melhorias significativas na qualidade da educação, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável em todo o país. Em suma, a educação no Brasil é um direito fundamental protegido pela Constituição e organizado pela LDB, com os municípios desempenhando um papel vital na gestão e execução das políticas educacionais. A efetiva participação da gestão pública municipal, junto com recursos apropriados, é essencial para garantir a qualidade e o acesso universal à educação.

2.3. Qualidade do Ensino Público em Anápolis, sob a perspectiva do IDEB e da Prova Brasil

A qualidade do ensino público é um conceito complexo que envolve diversas dimensões do processo educacional. Avaliar se a educação de um município é de qualidade implica considerar aspectos quantitativos e qualitativos, incluindo o desempenho dos alunos, a infraestrutura das escolas, a formação dos professores e a gestão educacional (Gomes, 2020).

Em Anápolis, a qualidade do ensino público pode ser analisada de maneira abrangente através dos resultados do IDEB e da Prova Brasil. Ambos os instrumentos fornecem dados essenciais para entender o desempenho educacional do município e identificar áreas para melhorias (Pereira & Oliveira, 2022).

Pode-se destacar como indicadores de qualidade de educação: o desempenho dos

alunos com provas padronizadas pelo IDEB que é um dos principais indicadores utilizados no Brasil, que combina o desempenho dos alunos em provas padronizadas (como a Prova Brasil e o SAEB) com taxas de aprovação. Altas taxas de aprovação e baixas taxas de reprovação indicam um bom desempenho acadêmico. A infraestrutura escolar desde suas instalações com qualidade e manutenção de salas de aula, bibliotecas, laboratórios, áreas de lazer e refeitórios e recursos tecnológicos com disponibilidade de computadores, acesso à internet e outros recursos tecnológicos. A formação e valorização dos professores como qualificação com nível de formação e desenvolvimento profissional contínuo dos professores, remuneração competitiva e adequada para atrair e manter bons profissionais e ambiente de trabalho seguro e saudável, carga horária adequada e suporte pedagógico. Gestão escolar com capacidade de planejamento estratégico e de avaliação contínua das políticas educacionais e envolvimento de pais, alunos e comunidade na gestão escolar. E, equidade com acesso igualitário à educação para todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, gênero, raça ou necessidades especiais e programas e ações específicas para apoiar alunos em situação de vulnerabilidade (Brasil, *online*).

Fatores como motivação, contexto socioeconômico e cultural influenciam o aprendizado. Provas padronizadas, como as utilizadas para calcular o IDEB, fornecem uma visão limitada do aprendizado, focando principalmente em habilidades de leitura e matemática, e podem não refletir plenamente outras áreas importantes do conhecimento e desenvolvimento (Brasil, *online*).

Cada município possui características e desafios únicos, que influenciam a qualidade da educação. Comparações diretas entre municípios podem ser injustas se não levarem em conta esses contextos específicos. Dados e informações disponíveis podem estar incompletos ou desatualizados, prejudicando a avaliação precisa da qualidade da educação. A avaliação da qualidade da educação também deve considerar o impacto das políticas públicas e como elas são implementadas no nível local. Políticas bem intencionadas podem falhar na prática devido a problemas de implementação (Ferreira & Nogueira, 2015).

Avaliar a qualidade do ensino público é uma tarefa desafiadora que demanda uma perspectiva diversificada. Embora ferramentas como o IDEB ofereçam uma visão importante, elas têm limitações significativas e devem ser complementadas por outras formas de avaliação e contextualização. A definição e medição da qualidade da educação devem ser vistas como um processo contínuo de melhoria e ajuste, sempre considerando o contexto local e as necessidades específicas de cada comunidade escolar.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia do presente trabalho consistiu em uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, baseada na revisão de literatura com o objetivo de destacar a importância da avaliação da qualidade no ensino como ferramenta na educação no município de Anápolis-GO. Embasado em materiais já publicados em livros, periódicos, textos, documentos, apostilas e materiais disponíveis na internet. Onde pretende-se identificar artigos e/ou trabalhos científicos publicados em periódicos relevantes, disponíveis para consulta em base de dados, tais como: Scielo, Google Acadêmico etc. Para obter dados sobre indicadores de desempenho acadêmico dos alunos, infraestrutura escolar e qualificação dos professores no município de Anápolis, Goiás, foram utilizadas fontes oficiais e relatórios específicos com dados do IDEB que é calculado pelo INEP.

Foram considerados os artigos publicados entre 2012 a 2024, utilizando os descritores: avaliação, educação e qualidade, sendo desconsiderados os artigos que não se encaixavam nesses quesitos. Os termos foram combinados de diversas maneiras para obtenção dos artigos. Todos os estudos identificados por busca foram inicialmente avaliados por meio da análise dos títulos e resumos. Os títulos e os resumos que não se mostraram suficientes para inclusão em seleção inicial foram analisados a partir de uma leitura completa da publicação.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

As políticas públicas na área da educação no Brasil abrangem uma série de programas e ações destinadas a melhorar a qualidade do ensino, a infraestrutura das escolas, a formação de professores e a inclusão de todos os alunos no sistema educacional. Algumas das principais políticas incluem: PNE, Fundeb, BNCC, PNAE, prova Brasil e Ideb. Quanto à frequência dessas políticas nas escolas, há variações significativas de acordo com a região e o município. Em geral, programas como o PNAE e o PNATE são implementados com regularidade, pois são fundamentais para a permanência dos alunos na escola. A BNCC está em fase de implementação e adaptação nas escolas, sendo um processo contínuo. O IDEB e a Prova Brasil ocorrem de forma bienal, proporcionando um panorama regular sobre a qualidade do ensino. A aplicação dessas políticas públicas depende de diversos fatores, incluindo a gestão local, os recursos disponíveis e a adesão das escolas e comunidades.

Em Anápolis, Goiás, por exemplo, a análise da qualidade do ensino com base nos

resultados do IDEB e da Prova Brasil pode fornecer uma visão sobre a eficácia dessas políticas na região. O IDEB é calculado pelo INEP e combina o desempenho dos alunos nas avaliações padronizadas com taxas de aprovação escolar.

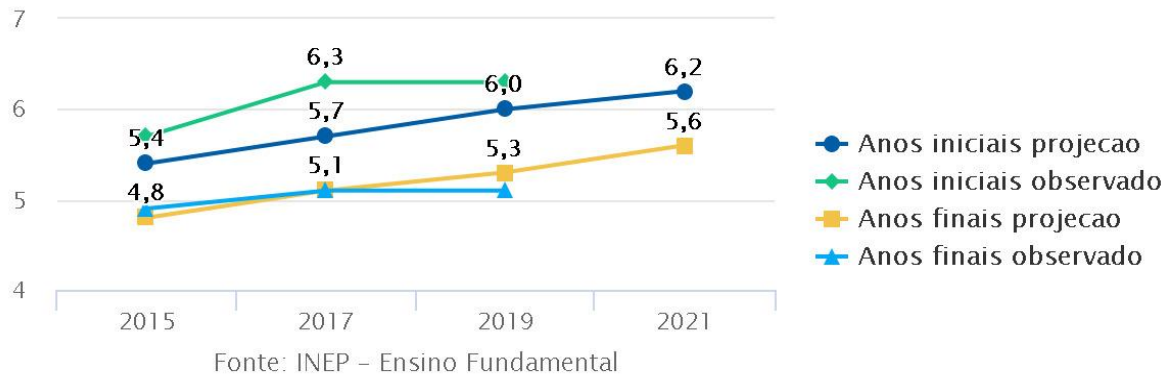
Os resultados do IDEB mostram que Anápolis tem registrado progresso no desempenho acadêmico, mas ainda enfrenta desafios para atingir as metas estabelecidas. Em 2021, as escolas municipais de Anápolis alcançaram uma média de 5.9 no IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental, superando a meta de 5.8. Já nos anos finais do ensino fundamental, a média foi de 4.7, abaixo da meta de 5.3 (Mais Goiás, 2022).

A infraestrutura das escolas municipais em Anápolis varia significativamente, com algumas escolas bem equipadas e outras enfrentando desafios em termos de recursos físicos e materiais. A cidade possui diversas escolas municipais, incluindo Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e escolas de ensino fundamental que oferecem um ambiente adequado para o aprendizado, embora melhorias sejam necessárias para garantir a qualidade em toda a rede.

A qualificação dos professores é outro fator crítico para o desempenho educacional. Em Anápolis, há um esforço contínuo para capacitar os docentes através de programas de formação continuada e incentivos para a qualificação. No entanto, a rotatividade de professores e a necessidade de formação específica em algumas áreas permanecem como desafios a serem enfrentados (Fernandes, 2023).

Destacando ainda de forma mais precisa e atualizada da qualidade do ensino municipal em Anápolis, ao considerar os dados disponíveis no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCMGO, 2024), apresenta informações detalhadas sobre a gestão dos recursos públicos e o desempenho dos municípios em diversas áreas, incluindo educação. Nos últimos anos, Anápolis tem dedicado uma parcela significativa de seu orçamento anual à educação, refletindo a prioridade dada a esse setor. A execução tem sido eficiente, com a maior parte dos recursos sendo utilizada conforme planejado, especialmente em manutenção e melhoria das escolas.

O gráfico 1 a seguir apresenta a comparação do valor da nota municipal do IDEB para o Ensino Fundamental nos anos finais com o valor projetado como meta para o município, onde pode-se observar o IDEB das escolas municipais para os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º) não passou de 6,0 ficando aquém da meta estabelecida pelo Ministério de Educação (MEC) para a cidade, que era de 6,2. Os anos finais (6º ao 9º) apresentava uma projeção de 5,6 ficando abaixo de 5,3.

Gráfico 1: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

Fonte: TCMGO (2024)

Nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano): Anápolis tem apresentado crescimento constante no IDEB, frequentemente superando as metas estabelecidas. Isso indica um bom desempenho geral dos alunos e uma efetiva gestão educacional. Nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano): Embora também tenha havido progresso, a taxa de crescimento é menor comparada aos anos iniciais. Isso aponta para a necessidade de estratégias adicionais para melhorar a qualidade do ensino nos anos finais.

4.1. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

Discutir a avaliação no contexto escolar requer uma visão ampla e integradora que vai além dos métodos tradicionais de medição do desempenho acadêmico. É necessário adotar uma abordagem que valorize todas as dimensões do desenvolvimento dos alunos, refletindo valores pedagógicos que promovam uma educação holística e inclusiva. Isso implica um compromisso contínuo com a reflexão crítica e a adaptação das práticas educativas para melhor atender às necessidades e potencialidades de cada aluno.

Para Paulo Freire enfatiza a avaliação crítica e dialógica, destacando a importância da conscientização e da participação ativa dos alunos no processo educativo. Para Freire, a avaliação deve ser um processo colaborativo onde alunos e professores refletem juntos sobre o aprendizado, promovendo a autonomia e a transformação social (Freire, 2019).

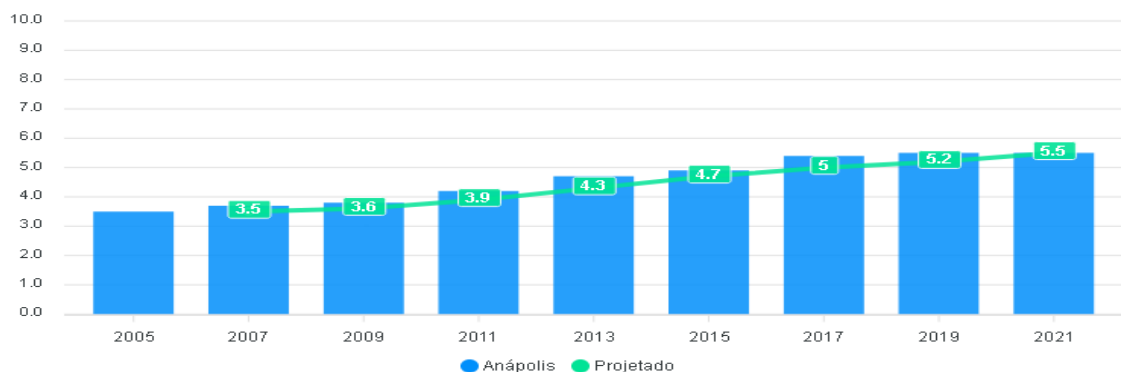
Observou-se que Anápolis tem mostrado progresso no IDEB e em outras avaliações padronizadas, refletindo esforços contínuos para melhorar a qualidade do ensino. Programas de alfabetização na idade certa e a implementação de escolas em tempo integral têm demonstrado resultados promissores, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos. O envolvimento de pais e da comunidade escolar, embora variado, tem mostrado

impacto positivo onde ocorre de maneira efetiva (Fernandes, 2023).

Segundo Pereira e Oliveira (2022) recomenda-se para a melhoria da qualidade do ensino implementar programas de formação continuada e políticas de valorização dos professores para assegurar que eles estejam bem preparados e motivados, garantir uma distribuição equitativa de recursos educacionais para todas as escolas, promovendo a igualdade de oportunidades para todos os alunos, desenvolver e implementar políticas específicas para apoiar escolas com desempenho abaixo da média, fornecendo suporte pedagógico e recursos adicionais, ampliar o modelo de escolas em tempo integral para mais unidades, oferecendo um ambiente educativo mais completo e seguro, além de promover a participação ativa dos pais e da comunidade na vida escolar através de programas de envolvimento comunitário, criando um ambiente colaborativo e de apoio ao aprendizado.

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Saeb) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). A seguir no gráfico 2, demonstra a evolução do projetado e alcançado pelo IDEB no município de Anápolis de 2005 a 2021. Os resultados mostram que Anápolis tem conseguido manter um crescimento constante na qualidade do ensino, embora ainda haja desafios a serem superados.

Gráfico 2: Evolução do IDEB, Anápolis-GO



Fonte: IDEB 2021, INEP.

Fonte: QEdu (online)

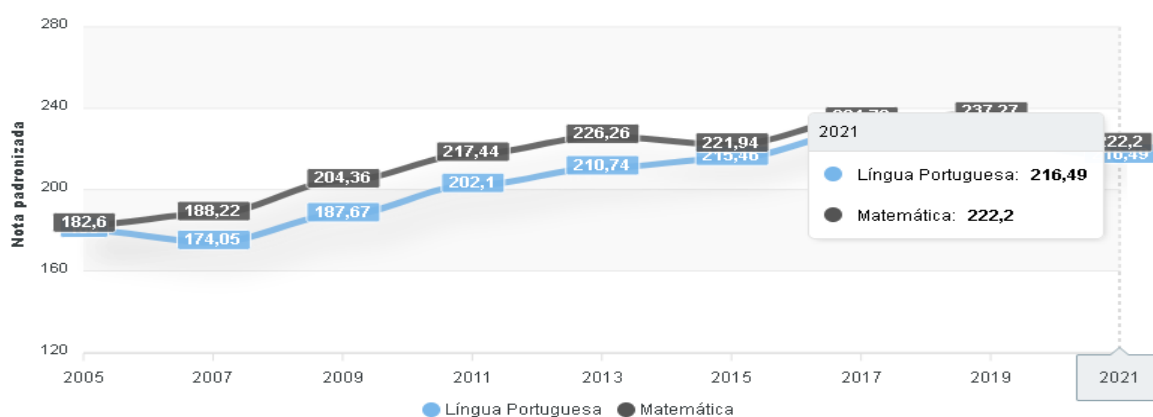
De acordo com dados do IDEB de Anápolis, os indicadores de desempenho acadêmico tem mostrado uma tendência de crescimento nos últimos anos, porém ainda está abaixo da média nacional em alguns níveis de ensino. A análise dos dados do IDEB revela que, apesar do progresso, há necessidade de estratégias mais eficazes para alcançar e superar a média nacional. Esforços adicionais são necessários para melhorar a taxa de aprovação e o desempenho nas avaliações padronizadas (Pereira & Oliveira, 2022).

4.2. Prova Brasil

A Prova Brasil (PB), mede o desempenho dos alunos em habilidades fundamentais de língua portuguesa e matemática, fornecendo um panorama da qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas. Oficialmente conhecida como Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, é um importante instrumento de avaliação educacional no Brasil. Seu objetivo é gerar informações detalhadas sobre a qualidade do ensino nas escolas públicas do país contribuindo para planejamento e Implementação de Políticas Públicas. A avaliação é realizada a cada dois anos, proporcionando uma visão longitudinal do desempenho dos alunos ao longo do tempo, permitindo o desenvolvimento de ações pedagógicas e administrativas direcionadas, promovendo a correção de distorções, a superação de desafios e a melhoria contínua do ensino (Brasil, 2018).

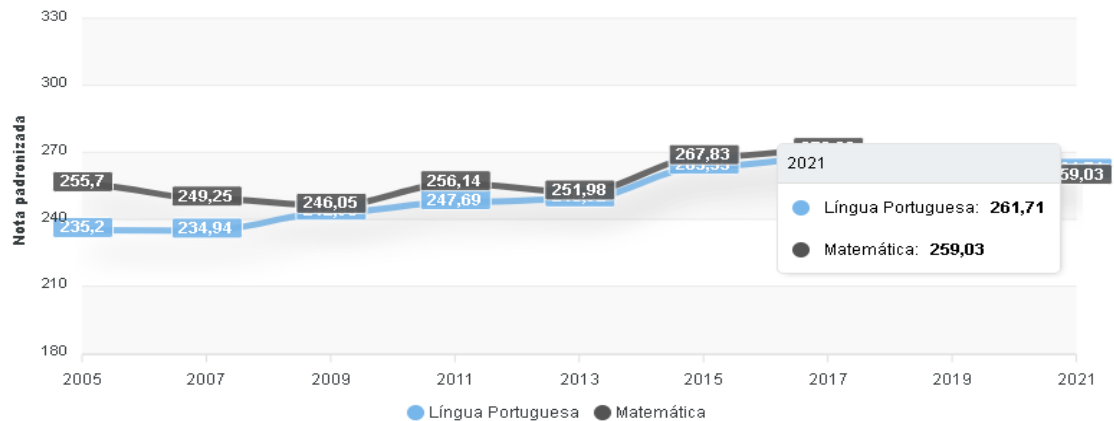
O indicador de aprendizado varia de 0 a 10 e a nota padronizada em português e matemática de acordo com a prova Saeb 2021 para os anos iniciais foi 6,14 e anos finais 5,35. Os resultados da Prova Brasil 2021 para o município de Anápolis, Goiás, indicam o desempenho dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. O resultado em português no ensino fundamental I, média de 216,49 pontos e ensino fundamental II, média de 261,71 pontos. Os resultados mostraram que os alunos do ensino fundamental I estão abaixo da média nacional, enquanto os alunos do ensino fundamental II estão um pouco acima da média nacional. Em matemática, ensino fundamental I, média de 222,2 pontos e ensino fundamental II, média de 259,03 pontos. Similar à Língua Portuguesa, os alunos do ensino fundamental I estão abaixo da média nacional, e os do ensino fundamental II apresentam desempenho levemente superior à média nacional (QEdu, online).

Gráfico 3: Evolução nota SAEB ensino fundamental I, Anápolis-GO



Fonte: IDEB 2021, INEP.

Fonte: QEdu (online)

Gráfico 4: Evolução nota SAEB ensino fundamental II, Anápolis-GO

Fonte: IDEB 2021, INEP.

Fonte: QEdu (online)

Os resultados da Prova Brasil indicam desempenho variado entre as escolas do município, com algumas apresentando resultados excelentes e outras ainda lutando para atingir a média. A disparidade nos resultados sugere a necessidade de políticas direcionadas para escolas com desempenho inferior, incluindo suporte pedagógico e recursos adicionais (Brasil, 2018).

Ao se tratar da infraestrutura escolar pode-se ressaltar que em Anápolis a melhoria das condições físicas das escolas é essencial para proporcionar um ambiente de aprendizagem adequado, investimentos em infraestrutura e tecnologia são necessários. Quanto aos recursos educacionais a distribuição de materiais didáticos e acesso à internet variam significativamente entre as escolas, com algumas bem equipadas e outras carentes. A desigualdade na distribuição de recursos educacionais precisa ser abordada. Programas de equiparação de recursos podem ajudar a nivelar o campo de atuação e garantir que todos os alunos tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado (Pereira & Oliveira, 2022).

Quanto a formação e valorização dos professores destaca-se que a maioria dos professores possui a qualificação necessária, mas muitos carecem de formação continuada e atualização em metodologias modernas de ensino. Investir em programas de formação continuada é crucial para assegurar que os professores estejam preparados para enfrentar os desafios educacionais contemporâneos. Embora haja esforços para melhorar as condições de trabalho e a remuneração dos professores, muitos ainda se sentem desvalorizados. Políticas de valorização profissional e incentivos financeiros podem aumentar a satisfação e a motivação dos professores, refletindo diretamente na qualidade do ensino (Fernandes, 2023).

As políticas e programas educacionais no município de Anápolis destacam que os

programas de alfabetização na idade certa têm mostrado resultados positivos, mas a cobertura e a eficácia variam. Expandir e padronizar programas de alfabetização pode garantir que todas as crianças alcancem níveis adequados de leitura e escrita no tempo certo. A ampliação do modelo de escolas em tempo integral pode oferecer mais oportunidades educacionais e contribuir para a formação integral dos alunos. O envolvimento dos pais e da comunidade varia, com algumas escolas relatando alta participação e outras, muito baixa. Incentivar a participação ativa dos pais e da comunidade é vital para o sucesso educacional. Programas de envolvimento comunitário podem ser implementados para aumentar a colaboração (Seduc, 2022).

A avaliação do processo ensino-aprendizagem em Anápolis-Goiás, revela tanto avanços significativos quanto desafios persistentes. O crescimento no IDEB e os resultados positivos em algumas escolas são encorajadores, mas a disparidade entre escolas e a insuficiência de infraestrutura e recursos tecnológicos são preocupações que precisam ser abordadas (Pereira & Oliveira, 2022).

Sugere-se melhorar as condições físicas e tecnológicas das escolas, implementar programas regulares de capacitação e atualização pedagógica, assegurar que todas as escolas recebam os recursos necessários para proporcionar uma educação de qualidade, desenvolver políticas específicas para ajudar escolas que estão abaixo da média, ampliar o modelo de escolas em tempo integral para mais unidades e buscar promover a participação dos pais e da comunidade na vida escolar. Implementando essas recomendações, Anápolis pode continuar avançando na qualidade de sua educação, proporcionando um futuro melhor para seus alunos e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de controle na educação visam melhorar a qualidade dos serviços educacionais, garantir o acesso universal à educação e promover a igualdade de oportunidades. Investir em educação é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de uma nação, proporcionando crescimento econômico, equidade social e sustentabilidade a longo prazo.

Ao responder a pergunta que norteou o estudo: Quais as políticas públicas na área da educação e se elas estão ocorrendo com frequência nas escolas? A política educacional refere-se ao conjunto de medidas e diretrizes estabelecidas pelos governos para regular e promover o sistema educacional. O controle na educação envolve a supervisão e avaliação dessas políticas

para garantir que os objetivos educacionais sejam alcançados. As políticas públicas na área da educação são o PNE, Programas de alfabetização, Fundeb, PNATE, Bolsa família e ProUni. Apesar das políticas públicas, desafios como a desigualdade regional, falta de infraestrutura adequada e formação insuficiente de professores podem impactar a eficácia das políticas. Muitos programas têm mostrado resultados positivos, como o aumento nas taxas de alfabetização e de acesso ao ensino superior. O uso de avaliações padronizadas (como o IDEB e a Prova Brasil) e o monitoramento das condicionalidades do Bolsa Família são exemplos de como o governo monitora a implementação das políticas. As políticas públicas precisam ser adaptadas ao contexto local para serem mais eficazes. A participação da comunidade e dos gestores escolares é crucial para essa adaptação.

A educação em Anápolis, Goiás, e no Brasil como um todo, é fundamentada em políticas públicas que buscam melhorar a qualidade do ensino e proporcionar igualdade de oportunidades. O controle e a avaliação dessas políticas são essenciais para garantir sua eficácia e adaptar as estratégias conforme necessário. A implementação contínua e o monitoramento das políticas públicas nas escolas são fundamentais para alcançar os objetivos educacionais e promover um desenvolvimento sustentável e equitativo da sociedade.

A importância da avaliação da qualidade do ensino é essencial para seu desenvolvimento educacional em Anápolis, Goiás. Melhorar a qualidade do ensino requer um esforço conjunto e contínuo, envolvendo investimentos em infraestrutura, formação de professores, distribuição equitativa de recursos e engajamento comunitário. O município tem mostrado progresso no IDEB e em outras avaliações, refletindo esforços contínuos para melhorar a educação. Programas de alfabetização e escolas em tempo integral têm contribuído para o desenvolvimento integral dos alunos. O envolvimento efetivo de pais e da comunidade tem mostrado impacto positivo na qualidade da educação.

Os resultados demonstraram que, apesar da ampla divulgação atualmente, ainda há muito a ser feito. A pesquisa aborda uma questão significativa e existe uma vasta área a ser explorada sobre esse tema, incluindo uma análise mais abrangente e a verificação de práticas relacionadas à qualidade no ensino.

REFERÊNCIAS

Brasil. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*. (Online). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 15 mai. 2024.

Brasil. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

Brasil. *Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996*. (1996). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm. Acesso em: 15 mai. 2024.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. *Constituição Federal de 1988*. (1988). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2024.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. 2013. (2013). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 jul. 2024.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. *Prova Brasil - apresentação*. (2018). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>. Acesso em: 28 jul. 2024.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. *Recursos da Educação*. (Online). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/eb/financiamento-da-educacao-basica/recursos-da-educacao>. Acesso em: 05 jun. 2024.

Fernandes, S. H. (2023). *Educação infantil e formação continuada de professores na regional de Anápolis-GO*. 2023. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) -- Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

Ferreira, L. A. M.; Nogueira, F. M. B. (2015). *Impactos das políticas públicas no cotidiano das escolas públicas plano nacional de educação*. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos_politicas_educacionais_cotidiano_escolas_publicas_PNE.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

Freire, P. (2019). *Pedagogia do Oprimido*. 71. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

Gomes, M. M. (2020). *Saeb: definição, características e perspectivas*. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/6/saeb-definicao-caracteristicas-e-perspectivas>. Acesso em: 29 jul. 2024.

Inep. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Apresentação*. (2024). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 15 ago. 2024.

Mais Goiás. (2022). *Notas do IDEB em Anápolis caem em dois níveis de ensino*. Disponível em: <https://www.maisgoias.com.br/cidades/anapolis/notas-do-ideb-em-anapolis-caem-em-dois-niveis-de-ensino/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

Mesquita, A. (2013). *Gestão Democrática: integração escola e comunidade*. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/gestao-democratica-integracao-escola-comunidade.htm>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Pereira, C. B.; Oliveira, G. T. (2022). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a busca pela qualidade na educação brasileira. *Revista Anápolis Digital*, v. XV, n. 1, 2022. Disponível em: <https://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolis/wp->

content/uploads/2022/09/3-O-Indice-de-Desenvolvimento-da-Educacao-Basica-IDEB-e-a-busca-pela.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

QEdU. *IDEB Anápolis*. (2021). Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/5201108-anapolis/ideb>. Acesso em: 29 jul. 2024.

Santana, L. H. (2024). Análise das políticas públicas educacionais e seu impacto na prática da educação inclusiva. Disponível em: <https://santana-lhc.medium.com/an%C3%A1lise-das-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-educacionais-e-seu-impacto-na-pr%C3%A1tica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-inclusiva-27f3552c79a8>. Acesso em: 28 jul. 2024.

Seduc. Secretaria do Estado da Educação. (2022). *Relatório de Gestão*. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/wp-content/uploads/sites/40/2023/06/RelatoriodeGestao2022-8fe.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Tcmgo. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. *Educação*. (2024). Disponível em: <https://www.tcmgo.tc.br/pentaho/api/repos/cidadao/app/index.html?=&bookmarkState=%7B%22impl%22%3A%22client%22%2C%22params%22%3A%7B%22paramMunicipio%22%3A%22An%C3%A1polis%22%7D%7D#>. Acesso em: 26 jul. 2024.

Unesco. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2022). *Inclusão, equidade e desigualdades entre estudantes das escolas públicas de ensino fundamental no Brasil*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382175>. Acesso em: 15 mai. 2024.

Wastowski, J. (2022). Desafios na gestão escolar nas escolas públicas. In: PEREIRA, Denise & BORTOLOTTI, Karen Fernanda (orgs.) *Desafios da educação na contemporaneidade 4*. Ponta Grossa: Aya, 2022. Disponível em: <https://ayaeditora.com.br/wp-content/uploads/2022/01/L92C22.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.